

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Aviso n.º 6142/2015

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, no âmbito do procedimento concursal comum destinado ao recrutamento para ocupação de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Universidade de Coimbra, mediante a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado publicado sob o Aviso n.º 4498/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 65, de 02/04/2014, retificado pela Declaração de Retificação n.º 407/2014, Publicada em DR, 2.ª série, n.º 72, de 11 de abril (P048-12-1138), homologada por despacho do Senhor Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor Luís Filipe Martins Menezes, exarado a 07/04/2015, proferido por delegação de competências, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 1, de 02 de janeiro, através do Despacho n.º 16/2014, foi afixada nas instalações do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, do Centro de Serviços Comuns, da Administração desta Universidade, sitas no piso 1 do Edifício da Faculdade de Medicina, Polo I da Universidade de Coimbra, Rua Larga, 3004-504 Coimbra, e disponibilizada na página eletrónica deste serviço (url: www.uc.pt/drh).

Consideram-se ainda notificados do ato de homologação da lista de ordenação final, conforme estatuído nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e pela via prevista na alínea d), do n.º 3, do artigo 30.º do mesmo diploma legal, os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção.

25/05/2015. — A Chefe de Divisão de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, *Maria do Carmo Mateus*.

208674326

Declaração de retificação n.º 440/2015

Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 30, de 10 de fevereiro de 2012, o Despacho n.º 1962/2012, relativo à criação do ciclo de estudos conducente ao grau de Doutor em Planeamento do Território, retifica-se o seguinte:

Onde se lê:

“A Universidade de Coimbra, através da Faculdade de Ciências e Tecnologia, confere o grau de Doutor em Planeamento do Território, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 92.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.”

deve ler-se:

“A Universidade de Coimbra e a Universidade do Porto, através da Faculdade de Ciências e Tecnologia e da Faculdade de Engenharia, respetivamente, conferem o grau de Doutor em Planeamento do Território, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de março, na redação atual.”

No Anexo, onde se lê:

“1 — Estabelecimento de ensino: Universidade de Coimbra

2 — Unidade orgânica (faculdade, escola, instituto, etc.): Faculdade de Ciências e Tecnologia”

deve ler-se:

“1 — Estabelecimento de ensino: Universidade de Coimbra e Universidade do Porto

2 — Unidade orgânica (faculdade, escola, instituto, etc.): Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto”

Face ao exposto, procede-se à republicação do Despacho n.º 1962/2012, relativo à criação do ciclo de estudos conducente ao grau de Doutor em Planeamento do Território.

20 de maio de 2015. — A Vice-Reitora, *Madalena Alarcão*.

Republicação do Despacho n.º 1962/2012

A Universidade de Coimbra e a Universidade do Porto, através da Faculdade de Ciências e Tecnologia e da Faculdade de Engenharia, respetivamente, conferem o grau de Doutor em Planeamento do Território, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de março, na redação atual.

Assim, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 61.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro e no n.º 3 do Despacho n.º 22/22/DIR/2010, na sequência de decisão favorável de acreditação prévia, por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, e do registo na Direção-Geral do Ensino Superior, com o n.º R/A-Cr 198/2011, determino a publicação da estrutura curricular e do plano de estudos do ciclo de estudos conducente ao grau de Doutor em Planeamento do Território.

ANEXO

Estrutura curricular e plano de estudos

1 — Estabelecimento de ensino: Universidade de Coimbra e Universidade do Porto

2 — Unidade orgânica (faculdade, escola, instituto, etc.): Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

3 — Curso: Programa Doutoral em Planeamento do Território

4 — Grau ou diploma: Doutoramento

5 — Área científica predominante do curso: Urbanismo e Planeamento

6 — Número de ECTS, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 180

7 — Duração normal do curso: 3 anos/6 semestres

8 — Opções, ramos, ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estrutura:

9 — Áreas científicas e ECTS que devem ser reunidos para a obtenção do grau ou diploma:

QUADRO N.º 1

Área Científica	SIGLA	ECTS Obrigatórios	ECTS Optativos
Urbanismo e Planeamento	UP	162	12-18
Opção	OP	0	0-6
<i>Total</i>		162	18

10 — Observações: O Programa Doutoral em Planeamento do Território (PDPT) integra uma parte escolar correspondente ao curso de doutoramento (não conferente de grau) — com 60 ECTS e a elaboração de uma tese de doutoramento, com 120 ECTS. A parte escolar compreende 4 unidades curriculares obrigatórias, e 3 unidades curriculares optativas. Pelo menos duas das unidades curriculares optativas têm de ser escolhidas entre as indicadas explicitamente no plano de estudos como optativas. A restante pode ser escolhida de entre quaisquer outras unidades curriculares de doutoramentos das universidades a que pertençam as escolas do Programa Doutoral em Planeamento do Território ou de escolas com que elas tenham protocolos de colaboração ao nível do doutoramento. A escolha tem de ter o acordo da Comissão Científica do Programa Doutoral.

11 — Plano de estudos

Ano: 1.º/1.º Semestre

QUADRO N.º 2

Unidades curriculares	Área Científica	Tipo	Horas de trabalho	Horas de Contacto	ECTS	Observações
Dinâmicas Espaciais Contemporâneas	UP	Semestral	162	TP-36	6	Obrigatória
Teoria do Planeamento	UP	Semestral	162	TP-36	6	Obrigatória

Unidades curriculares	Área Científica	Tipo	Horas de trabalho	Horas de Contacto	ECTS	Observações
Unidade Curricular Doutoral Optativa	UP/OP	Semestral	162	TP-36	6	Optativa
Projeto de Tese em Planeamento do Território	UP	Anual	324	OT-24	12	Obrigatória

Ano: 1.º/2.º Semestre

QUADRO N.º 3

Unidades curriculares	Área Científica	Tipo	Horas de trabalho	Horas de Contacto	ECTS	Observações
Metodologias de Investigação	UP	Semestral	162	TP-36	6	Obrigatória
Metodologias de Apoio à Decisão	UP	Semestral	162	TP-36	6	Optativa
Planeamento e Avaliação Ambiental	UP	Semestral	162	TP-36	6	Optativa
Sistemas de Transportes	UP	Semestral	162	TP-36	6	Optativa
Desenho Urbano	UP	Semestral	162	TP-36	6	Optativa
Planeamento da Habitação	UP	Semestral	162	TP-36	6	Optativa
Regeneração Urbana	UP	Semestral	162	TP-36	6	Optativa
Projeto de Tese em Planeamento do Território	UP	Anual	324	OT-24	12	Obrigatória

Ano: 2.º e 3.º

QUADRO N.º 4

Unidades curriculares	Área Científica	Tipo	Horas de trabalho	Horas de Contacto	ECTS	Observações
Tese de Doutoramento em Planeamento do Território	UP	Bianual/Biannual	3240	OT-120	120	Obrigatória

208673305

UNIVERSIDADE DE LISBOA**Reitoria****Aviso n.º 6143/2015****Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal não docente do Estádio Universitário de Lisboa**

Nos termos do disposto nos artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por despacho autorizador do Reitor da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor António Cruz Serra, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções de assessoria ao Presidente do Estádio Universitário de Lisboa (EULisboa).

1 — Tipo de concurso: o presente aviso reveste a forma de procedimento concursal comum, por inexistir reserva de recrutamento constituída, quer no próprio serviço, quer na ECCRC — Entidade Centralizada de Constituição de Reservas de Recrutamento, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril e verificada ainda a inexistência de candidatos em regime de requalificação, nos termos da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, na sequência de procedimento prévio promovido junto da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas.

2 — Modalidade de contrato: o procedimento concursal destina-se à ocupação de 1 (um) posto de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previsto no mapa de pessoal do Estádio Universitário de Lisboa, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

3 — Enquadramento legal: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril; Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro e Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

4 — Local de trabalho: o posto de trabalho situa-se nas instalações da Universidade de Lisboa.

5 — Caracterização geral do posto de trabalho: o posto de trabalho inerente ao presente procedimento concursal envolve o exercício de funções da carreira geral de Técnico Superior, tal como descritas no anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

5.1 — O Técnico Superior desempenhará funções de Assessoria à Presidência do EULisboa, nomeadamente no que se refere ao trabalho de supervisão e coordenação dos Núcleos do EULisboa: Núcleo de Serviços Técnico-Desportivos, Núcleo de Saúde e Bem-Estar e Núcleo de Instalações e Serviços Gerais. Para além disso, será exigida a realização das seguintes funções e/ou tarefas:

Tarefas consultivas de natureza técnico-científica, exigindo um alto grau de qualificação, responsabilidade, iniciativa e autonomia, assim como um bom domínio nas áreas de gestão e gestão do desporto, bem como uma visão global de administração que permita a interligação de vários quadrantes e domínios de atividade, tendo a preparação de processos tendentes à tomada de decisão superior, nomeadamente nas áreas de articulação entre o EULisboa e a Universidade de Lisboa, nomeadamente o Conselho de Gestão dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa (SCUL);

Realização de funções de estudo, conceção de relatórios e adaptação de processos e métodos técnico-científicos, de âmbito geral ou especializado, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior, requerendo uma especialização e formação básica de nível de licenciatura em gestão ou gestão do desporto;

Apoio e assessoria na área da comunicação e marketing;

Preparação de procedimentos para aquisição de bens e serviços de Desporto, Saúde e Bem-estar, bem como contratos e protocolos no âmbito da cedência de instalações desportivas.

6 — Posição remuneratória: A determinação do posicionamento remuneratório ora proposta terá em conta o preceituado no artigo 38.º da